



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

LICITAÇÃO Nº 060/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6790/2018

Tipo de julgamento: menor preço unitário, por item

Finalidade: Registro de Preços

Objetivo: Eventuais aquisições

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES.

O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**, por intermédio do Prefeito, que no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **9:30h do dia 07 de dezembro de 2018**, reunir-se-ão, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Av. Júlio de Castilhos, 444 – Centro, a Pregoeira e a sua Equipe de Apoio para os procedimentos inerentes a este processo licitatório. Esta licitação será processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, dos Decretos Municipais nº 899 e 900, de 30 de janeiro de 2012, e suas alterações, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e, ainda, para os casos específicos as Leis Federais 123/2006 e suas alterações.

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado.

Estão impedidas de participar da presente licitação as empresas suspensas do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica, de direito privado, sob o seu controle e as fundações por ela instituídas ou mantidas no prazo e nas condições do impedimento, aquelas declaradas inidôneas pelas Administrações Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidades jurídicas de direito privado, sob o seu controle, e as fundações por ela instituídas e mantidas em qualquer Estado da Federação, aquelas que estiverem em regime de falência, empresas em forma de consórcio e aqueles mencionados no Art. 9º da Lei 8.666/1993.

Item 1

DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto os itens descritos no anexo I – Termo de Referência – e por finalidade Registrar os preços dos mesmos para eventuais aquisições.
- 1.2. As aquisições ficam limitadas às quantidades compreendidas entre aquelas informadas como mínimas e máximas, observado alinhamento do preço registrado com os praticados pelo mercado quando de uma eventual contratação.
- 1.3. A administração não se obriga a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 1.4. As quantidades dos produtos que vierem a ser adquiridas serão definidas na respectiva Autorização de Fornecimento (ou instrumento equivalente), que só será emitida dentro do prazo de validade do registro de preço.
- 1.5. O presente Registro vigorará por 12 (doze) meses contados da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

Item 2

DA APRESENTAÇÃO DOS INVÓLUCROS

2.1. Para participação no certame, a licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em invólucros distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

Ao
Município de São Francisco de Paula
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
Invólucro nº 01 – PROPOSTA
Proponente: Razão Social, CNPJ, e-mail e telefone

Ao
Município de São Francisco de Paula
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
Invólucro nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
Proponente: Razão Social, CNPJ, e-mail e telefone

- 2.2. Os invólucros deverão ser entregues mediante protocolo, para servidor integrante da Comissão de Licitações/Pregoeira, na Sala de Licitações, localizada no endereço constante no rodapé deste edital, até o dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, junto às licitantes e demais pessoas que eventualmente estejam presentes à sessão pública do pregão.
- 2.3. A Pregoeira inicialmente, mediante protocolo, receberá os invólucros nº 01 – PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO.
- 2.4. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos invólucros acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

Item 3

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

3.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.1.2. Se a licitante encaminhar sua proposta e documentação e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá encaminhar a Declaração e Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; exigida no item 3.1 deste edital fora dos envelopes de habilitação e de propostas.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.4, abaixo, deverá ser apresentada fora dos invólucros.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

3.3.1. Se representada diretamente por dirigente, proprietário ou sócio deverá apresentar:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.3.2. Se representada por procurador deverá apresentar:

a) instrumento público ou particular de procuração, este com firma do outorgante autenticada tabelionato, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b) carta de credenciamento outorgada pelos representantes legais da licitante, com firma autenticada em cartório/tabelionato, comprovado a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes a este certame.

3.3.2.1. Em ambos os casos previstos nos itens 3.3.2 “a” e “b”, o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa, independente daquilo que constar expresso na procuração e/ou carta de credenciamento.

3.4. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.5. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante se fazer representar, por pessoa devidamente credenciada, em todas as sessões públicas referentes à licitação.

Item 5

DA PROPOSTA DE PREÇOS E DO ENVELOPE Nº 01

4.1. O invólucro número 01 deverá conter:

a) O envelope nº 01 deverá conter a proposta de preços, redigida em uma via, datada e assinada pelo representante legal da proponente na última folha, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas, mencionando o preço unitário líquido:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa dos produtos ofertados – numeração, marca;

c) preço unitário líquido indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

4.1.1. Serão considerados, para fins de julgamento, valores/preços até duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, se houverem.

5.1.2. O(s) número(s) do(s) item(ns) ofertado(s) deve(m) guardar relação direta com o(s) mesmo(s) número(s) do(s) item(ns) constante(s) no Termo de Referência – anexo I.

4.1.3. Os preços deverão ser cotados na condição e modalidade de transporte “CIF”, considerando que os produtos, nas eventuais aquisições, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, em São Francisco de Paula.

4.2. O envelope nº 01 deverá conter também, além do previsto no item 4.1 acima, os documentos abaixo listados:

a) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Lei Federal 10.520/2002.

b) Proposta de preços em tabelas do Word, gravadas em CD, DVD ou pen drive, contendo uma coluna contemplando os itens, independentes de estarem sendo ou não cotados pela licitante, outra coluna com os valores e outra coluna com as marcas. Para os itens não cotados, deve ficar em branco somente o local na linha correspondente ao valor e à marca. O CD, DVD ou pen drive não será devolvido, pois deverá ficar anexado ao processo licitatório.

c) Declaração formal, firmada pelo representante legal da licitante e com firma reconhecida em tabelionato, garantindo a coleta, as suas expensas, dos pneus, câmaras e protetores irrecuperáveis, durante o período de vigência do Registro de Preços, caso vencedora de algum item;

d) Comprovante da disponibilidade de local para colocação dos pneus, câmaras e protetores recolhidos/coletados, caso vencedora de algum item;

d.1) Caso o local licenciado para a colocação de resíduos de pneus, câmaras e protetores não pertença à licitante, esta deverá apresentar Declaração e/ou Termo de Compromisso emitido pelo representante legal da detentora da LO, comprometendo-se a receber toda a carga de referido resíduos, oriunda dos veículos e ou máquinas pertencentes a frota do Município de São Francisco de Paula e que venham a ser entregues pela empresanome da licitante , caso vencedora de algum item do Processo Licitatório nº 060/2018, Pregão Presencial nº 038/2018.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

- e) Cópia da Licença de Operação – LO, em vigor, do local apresentado para a disposição dos pneus irrecuperáveis coletados e/ou recolhidos;
- f) Cópia autenticada da Licença de Operação – LO, em vigor, em nome do fabricante dos pneus e/ou câmaras e/ou protetores ofertados;
- g) Declaração datada e assinada pelo representante legal da licitante afirmando que caso seja vencedora do certame apresentará, no ato da entrega dos pneus e câmaras, a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e a certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, esta última para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
- 4.2.1. A Declaração solicitada na alínea “c” do subitem 4.2 deverá estar acompanhada de cópia, devidamente autenticada, dos documentos que conferem poderes, à pessoa que assinou a declaração, para representar a declarante – contrato social, procurações, etc.
- 4.2.2. Modelo da declaração solicitada na alínea “a” do subitem 5.2 disponível no seguinte *hiperlink*:
https://drive.google.com/open?id=0B_uzd-XDGYXmbHhMOVRJczJVWWc
- Nota:** em caso de não conseguir abrir o endereço de hiperlink, deve selecioná-lo, copiá-lo e colá-lo em um editor de texto e com a tecla direita do “mouse” ou equivalente, selecionar a opção “abrir hiperlink”.
- 4.3. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 13 de dezembro de 2006, deverá nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, apresentar:
- a) Declaração datada e assinada pelo seu Contador e pelo representante legal da licitante, ambas assinaturas com firma reconhecida em tabelionato, afirmando que a empresa é beneficiária da Lei Complementar 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da referida Lei;
- b) A declaração anterior deverá vir acompanhada da Certidão de registro e regularidade do Contador, emitida pelo conselho de classe competente.
- 4.4. A cooperativa que tenha auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozará dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que apresente, no invólucro de proposta, declaração, firmada por seu Contador, com firma devidamente reconhecida em tabelionato, acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional – CRP emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade, em nome do Contador, de que se enquadra no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 4.4.1. Tanto a declaração quanto a CRP (Certidão de Regularidade Profissional) não podem ter a data de emissão superior a 30 (trinta) dias da data prevista para a abertura dos invólucros, constante no preâmbulo deste edital.
- 4.5. A documentação prevista no item 4.3 e/ou 4.4, quando for o caso, deverá ser apresentada no invólucro nº 01 ou no credenciamento.
- 4.6. O não atendimento do previsto no item 4.2. “a” implicará na impossibilidade de ofertar lances.
- 4.7. O não atendimento do previsto no item 4.3 e/ou 4.4 implicará na perda do direito relativo ao empate ficto, caso ocorra.

Item 5

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 5.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a licitante autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- 5.2. Serão desclassificadas as propostas, quanto aos aspectos gerais, que:
- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontarem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 4.1;
- d) contenham opções de preços alternativos; ou
- e) apresentarem preços manifestamente inexequíveis, situação em que será observada a forma prevista na Lei 8.666/93.
- 5.2.1. Dentro das propostas que atenderem aos aspectos gerais, ainda caberá desclassificação/classificação de cada um dos itens ofertados.
- 5.3. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 5.1, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- 5.4. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
- 5.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 5.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 5.4 e 5.5.
- 5.7. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 1 (um) minuto para apresentar nova proposta.
- 5.8. É vedada a oferta de lance com vistas ao empate.
- 5.9. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes do item 11 deste edital.
- 5.10. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

- 5.11. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo a Pregoeira negociar diretamente para que seja obtido preço menor.
- 5.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 5.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, a qual deverá estar alinhada com os preços praticados pelo mercado.
- 5.14. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 5.15. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.
- 5.16. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com preço de mercado.
- 5.17. As licitantes que tenham participado com orçamento para formação do preço referencial, quando apresentarem o menor preço final, somente terão suas propostas aceitas, se o valor não for superior ao apresentado no referido orçamento ou não for superior ao valor referencial contido no anexo I deste ato convocatório, considerando-se entre ambos os valores o menor.
- 5.18. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- 5.19. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
- 5.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas junto ao requerente do objeto.
- 5.21. Caso haja necessidade de aditamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos mediante a intimação, por registro na ata da própria sessão, das licitantes presentes.

Item 6

DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Para fins de habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE nº 02, os seguintes documentos:
- 6.1.1. Declarações firmadas pelo representante legal da empresa:
- a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;
 - b) Declaração, sob as penas da lei, de que possui condições de fornecer, durante o prazo de validade do registro de preços, produto de iguais características ao que se encontram descritos no Termo de Referência – anexo I, deste Edital, em quantidades compreendidas entre as informadas como mínimas e máximas;
 - c) Declaração, sob as penas da lei, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas;
 - d) Declaração de tomou conhecimento e que aceita os termos deste edital;
 - e) Declaração de que não possui servidor público ou de empresa pública, da ativa, em seu quadro societário.
- 6.1.1.1. As declarações solicitadas no subitem anterior, 6.1.1, podem ser apresentadas todas no mesmo documento.
- 6.1.1.2. Modelos de declarações disponíveis no seguinte *hiperlink*:
https://drive.google.com/open?id=0B_uzd-XDGYXmbHhMOVRJczJVWWc
- Nota:** em caso de não conseguir abrir o *hiperlink*, deve selecioná-lo, copiá-lo e colá-lo em um editor de texto e com a tecla direita do “mouse” ou equivalente, selecionar a opção “abrir *hiperlink*”.
- 6.1.2. Capacidade Jurídica:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores; ou
 - c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou
 - d) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.
- 6.1.2.1. Será dispensada de apresentação, no invólucro de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, desde que o tenha feito por cópia autenticada.
- 6.1.3. Regularidade Fiscal:
- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), expedido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias;
 - b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - c) Cópia autenticada do alvará de localização/funcionamento relativo ao domicílio ou sede do licitante e pertinente ao seu ramo de atividades;
 - d) Comprovante de regularidade - Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive quanto às contribuições previstas nas alíneas “a” a “d” do Art. 11, da Lei 8.212.91;
 - e) Comprovante de regularidade junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
 - f) Comprovante de regularidade junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;
 - g) Comprovante de regularidade dos recolhimentos do FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF.
- 6.1.4. Regularidade Trabalhista:



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.1.5. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias.

6.2. Todos os documentos exigidos, neste instrumento convocatório, podem ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor, deste Município, responsável pelo cadastro ou integrante da Comissão de Licitações ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

6.3. Documentos apresentados por cópia não autenticada serão considerados inexistentes ou não entregues.

6.4. As cópias extraídas da internet serão tidas como originais após a confirmação da autenticidade de seus dados e certificação digital.

6.5. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, desde que seu objeto social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

6.6. Caso algum dos documentos previstos no subitem 6.1.3 regularidade fiscal alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “f” e “g” e subitem 6.1.4 Regularidade trabalhista alínea “a”, exigidos, possuir restrição, a licitante terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em até 05 (cinco) dias úteis.

6.7. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

6.8. Ocorrendo a situação prevista no item 6.6, a sessão poderá ser suspensa, podendo o Presidente da Comissão fixar desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando as licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

6.9. O benefício de que trata o item 6.6 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

6.10. A não regularização da documentação, no prazo fixado no subitem 6.6, implicará na inabilitação da licitante sem prejuízo das penalidades previstas no item 11.1, alínea “a”, deste edital.

6.11. O invólucro de documentação que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias.

6.12. O invólucro referido no subitem acima, se não retirado, bem como seu conteúdo, serão destruídos.

Item 7

DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará, às licitantes, a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer.

7.2. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.3. Havendo recurso, a Pregoeira apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

7.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o Pregão, registrando o preço do objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5. Após a habilitação poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

7.6. As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através da Ata, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.7. Após a homologação, a Administração convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinar(em) a Ata de registro de preços sob pena de perda do direito além de sujeitar-se as sanções.

Item 8

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Tendo, a licitante, manifestado motivadamente, na sessão pública do Pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões.

8.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

8.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e a motivação, na sessão pública do Pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.4. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando da subida do recurso.

8.5. O descumprimento dos prazos do item 8.4, sujeitará aquele que os houver dado causa às penas de responsabilidade.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

8.6. Todos os eventuais recursos, as contrarrazões, as decisões da Comissão e da autoridade e quaisquer outros atos ocorridos após a abertura do invólucro nº 1, serão comunicados aos interessados, sejam licitantes ou não, através do site do Município, sendo este o único canal de comunicação entre as partes até o encerramento do processo licitatório.

8.7. Eventual impugnação ao edital deverá ser apresentada dentro do prazo previsto na Lei 8.666/93, em original, mediante protocolo junto ao Setor de Licitações.

Item 9

DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após a entrega do produto eventualmente solicitado, por intermédio da Secretaria da Fazenda do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

9.2. A nota fiscal/fatura, emitida pelo fornecedor, deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número na nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.3. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega e da liquidação na Nota Fiscal, mediante aceite da Secretaria solicitante.

9.4. A despesa decorrente da contratação oriunda desta licitação correrá à conta de dotação prevista no orçamento.

9.5. O Município não poderá realizar aquisições, dentro do registro de preços, caso não disponha de dotação orçamentária pertinente ao objeto e suficiente para suportar a despesa.

Item 10

DO PRAZO PARA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

10.1 - O objeto da presente licitação deverá ser entregue nas especificações e demais características, em conformidade com o ofertado na proposta da licitante e aceito pelo Município, na Secretaria Municipal solicitante.

10.2 – O prazo máximo para a entrega é de até 7 (sete) dias após o recebimento da nota de empenho.

10.3 - Caso o produto não corresponda ao ofertado, a licitante vencedora deverá providenciar no prazo máximo de 02 dias úteis, contados da data de notificação expedida por esta Prefeitura, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei n.º 8.666/93.

Item 11

DAS PENALIDADES

11.1. Pelo inadimplemento das obrigações, na condição de participante da licitação ou de contratada, as empresas ficam sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do consumo máximo estimado;

b) manter comportamento inadequado durante a sessão licitatória: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do consumo máximo estimado;

d) executar a entrega do bem com irregularidades passíveis de correção e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar a entrega do bem com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 05% (cinco por cento), sobre o valor do consumo máximo estimado;

f) inexecução parcial da entrega do bem contratado: suspensão do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao valor do consumo máximo estimado;

g) inexecução total da entrega do bem contratado: suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor do consumo máximo estimado;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor total do consumo máximo estimado;

i) Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador dos produtos em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Item 12

DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

12.1. Para fazer jus ao equilíbrio econômico de que trata a Lei 8.666/93, a licitante deverá anexar a proposta financeira, planilha de composição custos e preços a ser juntada na proposta e anexada ao Processo Licitatório, devidamente assinada por Profissional habilitado para tal, com registro no Conselho respectivo.

12.1.1 Ainda, poderá embasar parecer com base no preço de mercado e considerando reduções com base no preço fixado no certame, analisando inclusive riscos aceites pela empresa quando na proposta.

12.2 Propostas modificadas em razão de lances ou por tratar de EPP e ME, terão prazo máximo de 5 dias úteis para anexar ao processo licitatório, planilha revisada e ajustada para compor o custo e preços adjudicados.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

12.3 O beneficiário do registro poderá solicitar o reequilíbrio financeiro dos preços vigentes através da Secretaria Municipal de Administração (Setor de Compras) desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos itens, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

12.4 A atualização não poderá ultrapassar os valores praticados no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o de mercado vigente a época do pedido de revisão.

12.5 O pedido de atualização dos valores aos praticados no mercado poderá acarretar pesquisa junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

Item 13

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

13.2. As cópias extraídas da internet serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

13.3. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

13.4. Só serão considerados os recursos administrativos ou pedidos de impugnação a esta Peça, quando tempestivos, manifestados por escrito e mediante Processo Administrativo devidamente protocolizado junto à Comissão Permanente de Licitações deste Município.

13.5. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentação e proposta, exigidos neste edital, eventualmente não apresentados na reunião de recebimento.

13.6. A Administração Municipal poderá anular ou revogar esta licitação nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que isso represente motivo para que qualquer licitante pleiteie o direito de indenização.

13.7. Fica eleito o Foro da Comarca de São Francisco de Paula para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Item 14

DOS ANEXOS

14.1. Constituem anexos e integram este edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- c) ANEXO II – Minuta Ata Registro Preços;

Item 15

DAS INFORMAÇÕES

15.1. Informações serão prestadas aos interessados no horário das 9h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, na Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, no Setor de Licitações, situado na Av. Júlio de Castilhos, nº 444 – Centro ou pelo fone (54) 3244-1214, ramal 225.

São Francisco de Paula, 23 de Novembro de 2018.

Marcos André Aguzzolli
Prefeito

Este Edital, quanto aos termos/itens, a modalidade e o tipo, foi examinado e aprovado pelo serviço jurídico do Município.

Em ____/____/2018.

Mônia Betina Moschem
Matrícula 3080
OAB/RS 60 906



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

LICITAÇÃO Nº 060/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6790/2018

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO		PREÇO MÉDIO	CONSUMO ESTIMADO		TOTAL MÁXIMO
				MÍNIMO	MÁXIMO	
1	195/65 R15	UN.	R\$ 294,50	10	36	R\$ 10.602,00
2	195/55 R15 85H	UN.	R\$ 420,00	4	32	R\$ 13.440,00
3	205/70 R15	UN.	R\$ 335,80	12	100	R\$ 33.580,00
4	185/65 R15	UN.	R\$ 291,99	4	24	R\$ 7.007,76
5	225/70 R15 112R (S10)	UN.	R\$ 402,00	6	48	R\$ 19.296,00
6	215/70 R15	UN.	R\$ 570,00	4	44	R\$ 25.080,00
7	265/70 R15	UN.	R\$ 650,00	1	16	R\$ 10.400,00
8	31X10 50R15LT RADIAL (FORD F1000)	UN.	R\$ 780,00	4	8	R\$ 6.240,00
9	175/70 R14	UN.	R\$ 236,00	4	30	R\$ 7.080,00
10	175/65 R14	UN.	R\$ 290,00	4	16	R\$ 4.640,00
11	185/65 R14	UN.	R\$ 270,00	4	56	R\$ 15.120,00
12	185/70 R14 88T	UN.	R\$ 232,99	4	96	R\$ 22.367,04
13	175/70 R13	UN.	R\$ 155,00	12	60	R\$ 9.300,00
14	165/70 R13	UN.	R\$ 161,00	4	18	R\$ 2.898,00
15	205/75 R16	UN.	R\$ 449,98	10	64	R\$ 28.798,72
16	195/55 R16	UN.	R\$ 480,00	4	18	R\$ 8.640,00
17	265/75 R16 123/120R (P/CARGA)	UN.	R\$ 780,00	4	12	R\$ 9.360,00
18	245/70 R16	UN.	R\$ 750,00	4	16	R\$ 12.000,00
19	245/75 R16 114/111S (P/CARGA)	UN.	R\$ 790,00	4	24	R\$ 18.960,00
20	215/75 R16	UN.	R\$ 519,00	4	32	R\$ 16.608,00
21	225/65 R16	UN.	R\$ 611,99	4	16	R\$ 9.791,84
22	225/75 R16 118/116R	UN.	R\$ 680,00	6	24	R\$ 16.320,00
23	7.50X16 12LS LISO (RETRO) 12 lonas	UN.	R\$ 690,00	8	20	R\$ 13.800,00
24	12.5/80X18 12LS 13	UN.	R\$ 1.260,00	2	16	R\$ 20.160,00
25	12X16.5 10LS 13	UN.	R\$ 813,00	2	16	R\$ 13.008,00
26	215/75 R17.5 126/124L BORRACHUDO	UN.	R\$ 949,00	4	20	R\$ 18.980,00
27	215/75 R17.5 126/124L LISO	UN.	R\$ 694,00	4	20	R\$ 13.880,00
28	900X20 14LONAS CAP. CARGA MIN. 3000KG BORRACHUDO	UN.	R\$ 1.083,99	1	10	R\$ 10.839,90
29	900X20 14LONAS CAP. CARGA MIN. 3000KG LISO	UN.	R\$ 1.029,00	1	10	R\$ 10.290,00
30	1000R20 3000/2725K BORRACHUDO RADIAL	UN.	R\$ 1.360,00	18	96	R\$ 130.560,00
31	1000R20 3000/2725L LISO RADIAL	UN.	R\$ 1.310,00	12	96	R\$ 125.760,00
32	1000X20 16LONAS CAP.CARGA MIN. 2725KG BORRACHUDO	UN.	R\$ 1.045,00	18	64	R\$ 66.880,00
33	1000X20 16LONAS CAP.CARGA MIN. 2725KG LISO	UN.	R\$ 924,00	12	54	R\$ 49.896,00
34	275/80 R22.5 3250/3000L BORRACHUDO RADIAL	UN.	R\$ 1.335,00	10	78	R\$ 104.130,00
35	275/80 R22.5 3250/3000L LISO RADIAL	UN.	R\$ 1.099,99	10	54	R\$ 59.399,46



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

36	1300X24 2A G2 12LONAS	UN.	R\$ 2.700,00	1	6	R\$ 16.200,00
37	1400X24 12LONAS	UN.	R\$ 2.925,00	10	48	R\$ 140.400,00
38	1400x24 2A L2 16LONAS	UN.	R\$ 2.065,00	10	48	R\$ 99.120,00
39	1400X24 2A L2 20LONAS	UN.	R\$ 2.925,00	2	18	R\$ 52.650,00
40	19.5X24 12LONAS R4	UN.	R\$ 2.238,00	2	16	R\$ 35.808,00
41	12.4X24 10LONAS	UN.	R\$ 1.900,00	2	36	R\$ 68.400,00
42	17.5X25 2A L2 16LONAS	UN.	R\$ 2.887,00	2	24	R\$ 69.288,00
43	17.5x25 2A L2 20LONAS	UN.	R\$ 3.900,00	2	12	R\$ 46.800,00
44	18.4X30 12LONAS (P/TRATOR)	UN.	R\$ 2.424,99	2	16	R\$ 38.799,84
45	CÂMARA ARO 750X16	UN.	R\$ 42,00	2	20	R\$ 840,00
46	CÂMARA ARO 18 PARA PNEU 12.5/80X18	UN.	R\$ 80,00	2	20	R\$ 1.600,00
47	CÂMARA ARO 10.00X20	UN.	R\$ 76,00	2	40	R\$ 3.040,00
48	CÂMARA ARO 1.400X24	UN.	R\$ 137,00	2	60	R\$ 8.220,00
49	CÂMARA ARO 25 PARA PNEU 17.5X25	UN.	R\$ 199,00	2	30	R\$ 5.970,00
50	CÂMARA ARO 30 PARA PNEU 18.4X30	UN.	R\$ 242,00	2	30	R\$ 7.260,00
51	CÂMARA 12X16.5	UN.	R\$ 80,00	2	26	R\$ 2.080,00
52	CÂMARA 17.5 PARA PNEU 215/75R17.5	UN.	R\$ 50,00	2	26	R\$ 1.300,00
53	PROTETOR 700/750X16	UN.	R\$ 30,00	2	18	R\$ 540,00
54	PROTETOR 900/1000X20	UN.	R\$ 45,00	8	60	R\$ 2.700,00
55	PROTETOR 1300/1400/1600/24	UN.	R\$ 95,00	6	38	R\$ 3.610,00

Obs. 1: EVENTUAIS AQUISIÇÕES IMPLICAM ENTREGA NA MODALIDADE CIF;

Obs. 2: A licitante deverá observar apenas as características e dimensões dos materiais, desconsiderando, portanto, a aplicação específica a um determinado tipo de veículo;

Obs. 3: Os pneus deverão ser novos e originais; não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer outros de natureza semelhante; somente serão aceitos pneus fabricados com matéria prima de primeiro uso;

Obs. 4: No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente, serem substituídos a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

Obs. 5: O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos serão suportados exclusivamente pela contratada;

Obs. 6: A licitante vencedora, por ocasião da entrega dos produtos e da respectiva Nota Fiscal, deverá comprovar que os pneus apresentados possuem prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega;

Obs. 7: A comprovação que se refere o subitem anterior deverá ser feita por meio de relação que deverá acompanhar a Nota Fiscal dos produtos entregues, contendo os seguintes dados: marca do pneu; especificação das medidas de cada pneu; apresentação do código DOT de cada pneu; semana e ano de fabricação de cada pneu; data da entrega, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da licitante vencedora;

Obs. 8: A licitante vencedora deverá apresentar, no ato da entrega dos pneus e câmaras, a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;

Obs. 9: A licitante vencedora deverá apresentar, no ato da entrega dos pneus e câmaras, a certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;

Obs. 10: A empresa vencedora, que fará a venda dos produtos, fará também o recolhimento e destinação final dos pneus, câmaras e protetores que não tiverem mais condições de uso, os custos serão absorvidos pela contratada.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

LICITAÇÃO Nº 060/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6790/2018

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Fundamentação na Lei nº 10.520/2002 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 900/2012 e suas alterações.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2018, nas dependências da Secretaria de Administração, o Chefe de Contratos e Licitações, nos termos do art. 15 da Lei 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentada na licitação nº 060/2018 – Pregão Presencial nº 038/2018, Registro de Preços nº ____/2018, por deliberação da Pregoeira, homologada em ____ de _____ de _____, resolve registrar os preços das empresas com preços mais vantajosos, observadas as condições do Edital que rege a Licitação, àquelas enunciadas abaixo e para os itens que se seguem:

Empresa _____, CNPJ nº _____, sediada na Rua/Avenida/Estrada/Rodovia _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, na cidade de _____/_____, representada neste ato pelo Sr(a) _____, inscrito(a) no CPF nº _____, portador(a) do RG nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua/Avenida/Estrada/Rodovia _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____/_____.
1- DO OBJETO

1.1 – Este instrumento – Ata - tem por objetivo o Registro dos Preços para eventuais aquisições de pneus para manutenção e conservação dos veículos, máquinas, caminhões e ônibus escolar da Prefeitura de São Francisco de Paula/RS, especificados no Anexo I do Edital da Licitação 060/2018 – Pregão Presencial nº 038/2018 – Registro de Preços nº ____/2018.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Valor	Vencedor
1	195/65 R15	UN.	R\$ 294,50	
2	195/55 R15 85H	UN.	R\$ 420,00	
3	205/70 R15	UN.	R\$ 335,80	
4	185/65 R15	UN.	R\$ 291,99	
5	225/70 R15 112R (S10)	UN.	R\$ 402,00	
6	215/70 R15	UN.	R\$ 570,00	
7	265/70 R15	UN.	R\$ 650,00	
8	31X10 50R15LT RADIAL (FORD F1000)	UN.	R\$ 780,00	
9	175/70 R14	UN.	R\$ 236,00	
10	175/65 R14	UN.	R\$ 290,00	
11	185/65 R14	UN.	R\$ 270,00	
12	185/70 R14 88T	UN.	R\$ 232,99	
13	175/70 R13	UN.	R\$ 155,00	
14	165/70 R13	UN.	R\$ 161,00	
15	205/75 R16	UN.	R\$ 449,98	
16	195/55 R16	UN.	R\$ 480,00	
17	265/75 R16 123/120R (P/CARGA)	UN.	R\$ 780,00	
18	245/70 R16	UN.	R\$ 750,00	
19	245/75 R16 114/111S (P/CARGA)	UN.	R\$ 790,00	
20	215/75 R16	UN.	R\$ 519,00	
21	225/65 R16	UN.	R\$ 611,99	
22	225/75 R16 118/116R	UN.	R\$ 680,00	
23	7.50X16 12LS LISO (RETRO) 12 lonas	UN.	R\$ 690,00	
24	12.5/80X18 12LS 13	UN.	R\$ 1.260,00	
25	12X16.5 10LS 13	UN.	R\$ 813,00	
26	215/75 R17.5 126/124L BORRACHUDO	UN.	R\$ 949,00	



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

27	215/75 R17.5 126/124L LISO	UN.	R\$ 694,00	
28	900X20 14LONAS CAP. CARGA MIN. 3000KG BORRACHUDO	UN.	R\$ 1.083,99	
29	900X20 14LONAS CAP. CARGA MIN. 3000KG LISO	UN.	R\$ 1.029,00	
30	1000R20 3000/2725K BORRACHUDO RADIAL	UN.	R\$ 1.360,00	
31	1000R20 3000/2725L LISO RADIAL	UN.	R\$ 1.310,00	
32	1000X20 16LONAS CAP.CARGA MIN. 2725KG BORRACHUDO	UN.	R\$ 1.045,00	
33	1000X20 16LONAS CAP.CARGA MIN. 2725KG LISO	UN.	R\$ 924,00	
34	275/80 R22.5 3250/3000L BORRACHUDO RADIAL	UN.	R\$ 1.335,00	
35	275/80 R22.5 3250/3000L LISO RADIAL	UN.	R\$ 1.099,99	
36	1300X24 2A G2 12LONAS	UN.	R\$ 2.700,00	
37	1400X24 12LONAS	UN.	R\$ 2.925,00	
38	1400x24 2A L2 16LONAS	UN.	R\$ 2.065,00	
39	1400X24 2A L2 20LONAS	UN.	R\$ 2.925,00	
40	19.5X24 12LONAS R4	UN.	R\$ 2.238,00	
41	12.4X24 10LONAS	UN.	R\$ 1.900,00	
42	17.5X25 2A L2 16LONAS	UN.	R\$ 2.887,00	
43	17.5x25 2A L2 20LONAS	UN.	R\$ 3.900,00	
44	18.4X30 12LONAS (P/TRATOR)	UN.	R\$ 2.424,99	
45	CÂMARA ARO 750X16	UN.	R\$ 42,00	
46	CÂMARA ARO 18 PARA PNEU 12.5/80X18	UN.	R\$ 80,00	
47	CÂMARA ARO 10.00X20	UN.	R\$ 76,00	
48	CÂMARA ARO 1.400X24	UN.	R\$ 137,00	
49	CÂMARA ARO 25 PARA PNEU 17.5X25	UN.	R\$ 199,00	
50	CÂMARA ARO 30 PARA PNEU 18.4X30	UN.	R\$ 242,00	
51	CÂMARA 12X16.5	UN.	R\$ 80,00	
52	CÂMARA 17.5 PARA PNEU 215/75R17.5	UN.	R\$ 50,00	
53	PROTETOR 700/750X16	UN.	R\$ 30,00	
54	PROTETOR 900/1000X20	UN.	R\$ 45,00	
55	PROTETOR 1300/1400/1600/24	UN.	R\$ 95,00	

2 – DA VIGÊNCIA

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2 – Nos termos do art. ° 15 § 4 da Lei n° 8.666/1993, e do art. 5° do Decreto n° 900/2012, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa ATA, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – DOS PREÇOS

3.1 - Os preços ofertados pelas empresas, signatárias da presente ATA de Registro de Preços, constam da tabela descritiva dos itens, conforme item 1.1 deste instrumento.

4 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

4.1 - As solicitações de compra à empresa com menor preço registrado, por parte de qualquer Secretaria municipal, serão feitas através de Pedido de aquisição/contratação, via sistema informatizado e assinado pelo Secretário ou quem tiver designação para tal.

4.2 - Os Pedidos de aquisição/contratação serão entregues diretamente no escritório da empresa ou encaminhados por meios eletrônicos.

4.3 – Os fornecimentos deverão ser realizados de acordo com pedidos e as Notas de Empenho.

4.4 – Os fornecimentos serão efetuados nos dias úteis, das 8h às 11h e 30 min e das 13h e 30 min até às 17h, ou, excepcionalmente, em outro horário determinado pela Secretaria usuária.



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

- 4.5 – O prazo máximo para a entrega é de até 7 (sete) dias, contados a partir do momento da entrega da nota de empenho.
- 4.6 - Caso o produto não corresponda ao ofertado, a licitante vencedora deverá providenciar no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data de notificação administrativa, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei n.º 8.666/1993.
- 4.7 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor está obrigado à entrega do(s) produto(s) desde que obedecidas às condições do Pedido de Compra, conforme previsão do edital da Licitação que precedeu a formalização dessa Ata.
- 4.8 – A recusa da contratada em atender o pedido levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
- 4.9 – O Departamento de Compras promoverá ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1 – O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:
- quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
 - quando o fornecedor, convocado para tal, não assinar a Autorização de Fornecimento sem justificativa aceitável;
 - quando o fornecedor não retirar o Pedido de Compra, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- 5.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a” a “e”, será formalizada em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.3 – No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

6 – DAS PENALIDADES

- 6.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, na condição de participante da licitação ou de contratada, as empresas ficam sujeitas às seguintes penalidades:
- deixar de apresentar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do consumo máximo estimado;
 - manter comportamento inadequado durante a sessão licitatória: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos;
 - deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do consumo máximo estimado;
 - executar a entrega do bem com irregularidades passíveis de correção e sem prejuízo ao resultado: advertência;
 - executar a entrega do bem com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 05% (cinco por cento), sobre o valor do consumo máximo estimado;
 - inexecução parcial da entrega do bem contratado: suspensão do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao valor do consumo máximo estimado;
 - inexecução total da entrega do bem contratado: suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor do consumo máximo estimado;
 - causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor total do consumo máximo estimado;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.2. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador dos produtos em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7 - DO PAGAMENTO

- 7.1 – O pagamento dos fornecimentos será efetuado contra empenho, após a entrega dos produtos eventualmente solicitados, por intermédio da Secretaria da Fazenda do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa da dotação orçamentária a ser indicada pelo requerente, a qual deverá estar prevista no orçamento do Município.
- 7.2 A nota fiscal/fatura, emitida pelo fornecedor, deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- 7.3 O pagamento será efetuado até o 15 ° (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da liquidação da nota fiscal, mediante aceite da Secretaria solicitante.

8 – DA ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 – A conferência dos produtos, quando do seu recebimento é de responsabilidade da Secretaria Municipal que fez o pedido e será realizada por servidor designado para tal função, o qual deverá verificar a quantidade, a qualidade, as condições físicas e as demais especificações e, ainda, os horários de entrega.
- 8.2 – O fiscal está investido do direito de recusar, em parte ou totalmente, os produtos que não satisfaçam as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora do horário preestabelecido.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

8.3 - Caso o produto não corresponda ao ofertado, o fornecedor deverá providenciar no prazo máximo de 02 (dois) dias, contado da data de notificação administrativa, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei n.º 8.666/1993.

8.3.1. Eventual substituição do produto, em virtude falha e/ou defeito, implicará no reinício da contagem da garantia a partir da nova data de entrega.

8.3.2. As despesas decorrentes da correção de defeitos ou substituição do produto serão suportadas pelo fornecedor.

8.4 - As irregularidades constatadas pela Secretaria Municipal que fez o pedido deverão ser comunicadas ao Órgão Gestor de Contratos, no prazo máximo de 48 horas, objetivando a tomada das providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicar as penalidades previstas.

9 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1 - Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 - Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

9.3 - Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado as Secretarias usuárias, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10 – DO FORO

10.1 - Eventuais divergências entre as partes, não solucionadas administrativamente, deverão ser dirimidas no Foro da Comarca de São Francisco de Paula/RS.

11 – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E SEUS ANEXOS

11.1 - Esta Ata de Registro de Preços fica vinculada ao edital de Pregão Presencial nº 038/2018 e seus anexos, os quais passam a integrar este instrumento.

12 – CÓPIAS

12.1 - Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para o Órgão Gestor de Contratos;
- b) uma (1) para o fornecedor que registrados os preços;
- c) uma (1) para o Departamento de Compras.

E, por estarem justos e acordados, assinam esta Ata de Registro de Preços, pelo **MUNICÍPIO** e pelos **FORNECEDORES**, para que este documento produza todos os efeitos legais e jurídicos.

São Francisco de Paula/RS, em ____ de _____ de ____.

Contratante

Pregoeira

Contratada

Esta minuta de Ata de Registro de Preços foi examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de São Francisco de Paula.

Em ____/____/2018.

Mônia Betina Moschem
Matrícula nº 3080
OAB/RS 60 906